Sumário

5

SOBRE OS ORGANIZADORES.....

ΑP	resentação	7
PR	EFÁCIO	9
Es	TRUTURA DA COLEÇÃO	11
ĺN	DICE DE AUTORES	19
	Capítulo 1	
	Separação dos Poderes	
1.	A superação da doutrina tripartite dos "poderes" do Estado	
	André Ramos Tavares	25
2.	Separação dos poderes na Constituição brasileira	
	CARLOS AYRES BRITTO	35
3.	Os poderes do mandato e o recall	
	Maria Garcia	51
4.	Independência e harmonia dos poderes	
	Pontes de Miranda	63
5.	Soberania nacional e direito constitucional	
	SÉRGIO FERRAZ	87
	Capítulo 2	
	Poder Legislativo	
6.	O papel do parlamento em matéria de ratificação de tratados	
	ARISTIDES SEVERO ATHAYDE	103
7.	Perfil constitucional das medidas provisórias	
	Celso Antônio Bandeira de Mello	115
8.	Do processo legislativo da lei complementar	
	CELSO RIBEIRO BASTOS	123
9.	A lei no Estado contemporâneo	
	Clèmerson Merlin Clève	145

10.	O Poder Legislativo no Brasil contemporâneo	
	Clèmerson Merlin Clève	167
11.	Poder Legislativo no Brasil contemporâneo	
	Fernanda Dias M. de Almeida	175
12.	A imunidade parlamentar no Estado Democrático de Direito	
	Flávia Piovesan e Guilherme Figueiredo Leite Gonçalves	183
13.	Inconstitucionalidade da fixação de prazos para tramitação das leis complementares	
	GERALDO ATALIBA	203
14.	Processo legislativo	
	GERALDO ATALIBA	211
15.	Um Poder Legislativo autêntico	
	Goffredo Telles Júnior	223
16.	Segurança jurídica e a questão da hierarquia da lei complementar	
	Hugo de Brito Machado	241
17.	Eficácia e hierarquia da lei complementar	
	José Souto Maior Borges	261
18.	Resoluções - Retrospecto histórico	
	MICHEL TEMER	279
19.	A presidência do Congresso Nacional na Constituição de 1967	
	Miguel Reale	285
20.	Decôro parlamentar e cassação de mandato eletivo	
	Miguel Reale	307
21.	Os podêres das comissões parlamentares de inquérito	
	PINTO FERREIRA	317
22.	Resolução do Senado	
	Pontes de Miranda	337
23.	A presidência do Congresso Nacional na Constituição de 1967 PONTES DE MIRANDA	343
24	Imunidades parlamentares	
27.	RAUL MACHADO HORTA	353
25	Comissões Parlamentares de Inquérito	
	RENATO SORROCE ZOLIAIN	387



Capítulo 3 Poder Executivo

26.	Do poder de iniciativa das leis que compete ao Chefe do Executivo	
	A NOGUEIRA DE SÁ	419
27.	Medidas provisórias e segurança jurídica	
	Anna Candida da Cunha Ferraz	423
28.	A supremacia do Poder Executivo da União, na partilha constitucional de competências	
	Carlos Ayres Britto	447
29.	Medidas Provisórias na Constituição de 1988	
	Eros Roberto Grau	457
30.	Poder regulamentar do Executivo	
	GERALDO ATALIBA	461
31.	Efeitos de medida provisória rejeitada	
	Hugo de Brito Machado	493
32.	Natureza jurídica do <i>impeachment</i> no Brasil	
	José Cretella Júnior	497
33.	A separação dos podêres e a tendência ao fortalecimento do Executivo	
	José Eduardo Gomes Pereira	511
34.	O veto parcial no Direito brasileiro	
	Manoel Gonçalves Ferreira Filho	533
<i>35</i> .	Impeachment	
	MIGUEL REALE	541
	Capítulo 4	
	Poder Judiciário	
36.	O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário	
	Ada Pellegrini Grinover	563
37.	A função política do Judiciário	
	Aliomar Baleeiro	587
38.	A intervenção do Judiciário no processo de impeachment	
	Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz	609



39.	diciário Nacional de Justiça e a administração do Poder Judiciário	
	Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz	615
40.	O Superior Tribunal de Justiça na Constituição de 1988	
	Carlos Mário da Silva Velloso	635
41.	Poder Judiciário: autonomia e justiça	
	Clèmerson Merlin Clève	659
42.	O Supremo Tribunal do Brasil	
	Daniel Aarão Reis	677
43.	Competência da Justiça Federal	
	Edgard Silveira Bueno Filho	707
44.	Ainda sobre o efeito vinculante	
	Ellen Gracie Northfleet	713
45.	Novas funções judiciais no Estado moderno	
	Fábio Konder Comparato	717
46.	Breves considerações sobre a politização do Judiciário e sobre o panorama de aplicação no direito brasileiro	
	Humberto Theodoro Júnior, Dierle Nunes e Alexandre Bahia	731
47.	Fatores impedientes de "exequatur" a cartas rogatórias estrangeiras	
	Irineu Strenger	773
48.	Justiça Constitucional e Justiça Penal	
	José Joaquim Gomes Canotilho	785
49.	Poder Judiciário	
	José Carlos Moreira Alves	799
50.	Do Poder Judiciário nas Constituições européias de após-guerra	
	José Frederico Marques	817
51.	Voto de liderança	
	José Paulo Sepúlveda Pertence	845
52.	Inconstitucionalidade do controle "externo" do Poder Judiciário	
	Luiz Flávio Gomes	857
53.	Eficácia vinculante	
	Luiz Guilherme Marinoni	863



54.	A Corte Constitucional	
	Luiz Pinto Ferreira	895
55.	Constitucionalismo moderno e o papel do Poder Judiciário na sociedade contemporânea	
	MAURO CAPPELLETTI	929
56.	As constituições e a independência do Poder Judiciário	
	NÉLSON DE SOUSA SAMPAIO	941
57.	A Reforma do Judiciário - O Supremo Tribunal na revisão constitucional de 1994	
	Nelson Jobim e Gilmar Ferreira Mendes	949
58.	A Reforma do Judiciário - O Supremo Tribunal na revisão constitucional de 1994 (Parte II)	
	Nelson Jobim e Gilmar Ferreira Mendes	987
59.	A crise do Supremo Tribunal e dos Tribunais de Apelação	
	Noé de Azevedo	1013
60.	Jurisdição constitucional e princípio da divisão de poderes	
	Otto Kimminich	1025
61.	O STF e o quinto constitucional	
	Paulo Brossard	1049
62.	Poder Judiciário. Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal. Reformulação da técnica de declaração de constitucionalidade	
	Raul Machado Horta	1053
63.	Direito constitucional e direito ordinário. Jurisdição constitucional e jurisdição especializada	
	ROBERT ALEXY	1059
	Capítulo 5	
	Ministério Público, Advocacia Pública e Tribunais de Contas	
64.	Legitimidade da Defensoria Pública para ação civil pública	
	Ada Pellegrini Grinover	1087
65.	Impedimento de Ministro de Tribunal de Contas	
	CAIO TÁCITO	1109



66.	Relações entre poderes - Ministério Público - Inquérito civil	
	Geraldo Ataliba	1115
67.	Inovações no Ministério Público	
	Hugo Nigro Mazzilli	1133
68.	Competência do Tribunal de Contas	
	Jarbas Maranhão	1147
69.	Em face da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público pode realizar e/ou presidir investigação criminal, diretamente?	
	José Afonso da Silva	1155
70.	Considerações jurídico-constitucionais sôbre os Tribunais de Contas	
	José Luís de Anhaia Mello	1171
71.	A legitimidade democrática e o tribunal de contas	
	RICARDO LOBO TORRES	1183
72.	O Ministério Público	
	RITY ROSADO DE AGUIAR MÍNHOR	1203

